



EDUCAÇÃO

Mensalidade traz dúvida e discórdia

Depois do PL que legaliza ensino em casa, Câmara analisa PEC que impõe cobrança de contribuição, nas universidades públicas, de alunos vindos de famílias que tenham melhor condição financeira

» JÁDER REZENDE
» RAPHAEL FELICE

Nilson Bastian/Agência Câmara



Texto de Peternelli ressurgiu no momento em que circula proposta de militares que defende cobrança de mensalidade na universidade pública

Depois do projeto de lei sobre o ensino domiciliar, aprovado na semana passada, começou a tramitar na Câmara dos Deputados uma proposta de emenda constitucional polêmica: a que estabeleça a cobrança de mensalidade nas universidades públicas. A matéria, que seria analisada ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa, voltará à pauta somente depois de uma audiência pública para debater o tema.

A PEC 206/19 é de autoria do deputado General Peternelli (União-SP), que defende a tese de que a gratuidade atual privilegia filhos das famílias de maior renda. “Minha proposta é simples: quem pode, paga; quem não pode, não paga. O principal é propiciar uma universidade com ensino de qualidade”, explicou. A relatoria da proposta é do deputado Kim Kataguiri (União-SP), que deu sinal verde para ir adiante.

O texto foi trazido à tona no momento em que circula o documento *Projeto de Nação — O Brasil em 2035*, elaborado por três entidades ligadas a militares da reserva, entre eles o Instituto Villas-Boas — que leva o nome do general Eduardo Villas Boas, ex-comandante do Exército e um dos mentores do presidente Jair Bolsonaro (PL). Uma das sugestões do estudo é justamente a cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

A PEC foi mal recebida. Entidades estudantis e parlamentares enxergam na iniciativa um grande retrocesso. Bruna Berlaç, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), participou da sessão da CCJ e explicou que aplicar mensalidades em universidades públicas não resolve as desigualdades. “Precisamos de mais investimento em educação. Até porque, 70% dos alunos em universidades públicas têm renda per capita de um salário mínimo. Se passar na CCJ e for a plenário, os estudantes devem se mobilizar”, alertou.

Novo perfil

Para Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-ministro da Educação, é “corriqueiro” propor-se a cobrança de mensalidades dos alunos mais ricos que estejam na universidade pública. Mas pondera que o perfil desses estudantes mudou.

“Não é mais verdade que o universitário típico, nas instituições federais, seja alguém que estudou em colégios particulares caros. Cada vez temos mais alunos que vêm das escolas públicas e cada vez mais descendentes de africanos ou de indígenas”, assegura.

Janine Ribeiro faz, ainda, um alerta: “A educação não deve ser entendida como um subsídio estatal para melhorar a renda dos educados, e sim como um investimento que a sociedade efetua para retornos importantes destinados a todos”.

O presidente da Associação

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Marcus David, endossa as observações de Janine Ribeiro — de que as universidades públicas não são redutos dos mais abastados. “Há um grande equívoco, como se as universidades estivessem ocupadas exclusivamente por alunos de classes alta e média. É necessário que haja uma rede de universidades que ofereçam ensino de excelência para alavancar a sociedade”, aponta.

Soraya Smaili, dirigente do Centro de Estudos Sociedade, Universidade e Ciência (Sou Ciência), considera que o projeto não deveria sequer ser debatido. “Essa proposta não diz respeito à nossa realidade. É algo contrário a tudo que o nosso país precisa. Precisamos discutir a expansão da educação pública de qualidade. Esse texto é totalmente extemporâneo, não tem o menor sentido”, criticou.

Relator defende proposta

O deputado Kim Kataguiri (União-SP), relator da PEC 206/19 que considerou o texto constitucional para ser levado a votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) das Câmaras, defendeu a proposta. E destacou que a “grande maioria” dos alunos da universidade pública hoje não pagaria mensalidade.

“As próprias universidades, cujas administrações são definidas pelos alunos e professores, determinariam a proporção a ser paga por quem pode pagar. O dinheiro poderia ser revertido para alimentação, transporte e aulas de reforço para alunos carentes”, exemplificou Kataguiri.

O líder do partido Novo na Câmara, deputado Tiago Mitraud (MG), se posicionou favoravelmente à PEC. “Por que os ricos não podem pagar pela sua própria universidade no Brasil?”, indagou.

Para Marcelo Freixo, deputado e pré-candidato do PSB ao

governo do Rio de Janeiro, a PEC cria barreiras para o acesso dos jovens à universidade. “A gente tem que facilitar o acesso da garotada ao ensino superior, não criar barreiras. Dito isso, o projeto tem outros problemas graves. Ele sequer define claramente quem teria e quem não teria que pagar”, salientou.

A deputada Maria do Rosário (PT-RS) — autora do requerimento que adiou a votação da proposta e convocou uma audiência pública para discuti-la — afirmou que “essa PEC desobriga o Estado de suas responsabilidades”.

Já para o senador Paulo Paim (PT-RS), integrante da Comissão de Educação do Senado, “a distorção no público das universidades é porque, basicamente, até o momento, o princípio constitucional de igualdade de acesso não foi devidamente observado e cumprido”. (JR e RF)

RIO DE JANEIRO

Operação policial vira chacina com 22 mortos

Uma operação policial deixou ao menos 22 mortos e sete feridos na Vila Cruzeiro, no Complexo da Penha, zona norte do Rio, na manhã de ontem. Foi a terceira ação mais letal da polícia na história do Rio, atrás apenas das chacinas do Jacarezinho, no ano passado, que deixou 28 vítimas, e da Vila Operária, em 1998, com 23. O Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público do Estado do Rio (MP-RJ) abriram procedimentos investigatórios para apurar a conduta dos policiais na operação. Defensores públicos estiveram na comunidade.

A ação envolveu agentes do Batalhão de Operações Especiais (Bope) da Polícia Militar, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal, com apoio

de blindados e de um helicóptero. De acordo com a PM, a incursão tinha como objetivo prender chefes do Comando Vermelho de diferentes estados que estariam escondidos na Vila Cruzeiro — de onde comandariam o crime organizado pelo país. Ninguém foi preso, mas foram apreendidos 13 fuzis, quatro pistolas, 12 granadas e 20 veículos supostamente de criminosos.

Segundo o secretário da Polícia Militar, coronel Luiz Henrique Marinho, a operação ainda estava em planejamento, mas foi antecipada diante da suspeita de que os traficantes estariam preparando a invasão de outra comunidade. Segundo ele, a polícia foi recebida a tiros e “houve confronto”.

O secretário disse que a migração de traficantes de outros

Mauro Pimentel/AFP



Ferido é deixado no Hospital Getúlio Vargas, que recebeu as vítimas

estados e de outras favelas — como Jacarezinho, Mangueira, Providência e Salgueiro — estaria ligada à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que limita

operações policiais em comunidades do estado por causa da pandemia. “Isso vem se acentuando nos últimos meses e essa tendência, esses esconderijos nas nossas

comunidades, é fruto da decisão do STF, que limitou as ações das forças policiais”, acusou. Procurado, o STF disse que não se pronunciaria sobre a declaração.

Na ação, uma bala matou Gabriel Ferreira da Cunha, de 41 anos, atingida dentro de casa, na comunidade da Chatuba, vizinha da Vila Cruzeiro. Os demais mortos, de acordo com a polícia, seriam “bandidos” — cujos nomes não foram divulgados. Entre os feridos, quatro estão em estado grave. Outros três têm quadro estável, incluindo um policial atingido por estilhaços.

Segundo moradores, a operação começou pouco depois das 4h, com o apoio de um helicóptero blindado. Dezenove escolas da região não tiveram aulas. O comércio ficou parcialmente fechado e muita gente não conseguiu sair para trabalhar. Vídeos que circulam nas redes sociais mostraram a troca de tiros e moradores levando feridos ao hospital por conta própria.

INFEÇÃO

Medidas da covid funcionam para varíola

» ISABEL DOURADO*
» MARIA EDUARDA ANGELI*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) reforçou, ontem, a importância do uso de máscaras de proteção e distanciamento físico em aeroportos e aeronaves por causa dos recentes surtos de varíola dos macacos — que atingem países da Europa, América e Oceania, além da África, onde a doença é endêmica. Segundo especialistas, as medidas são importantes pela facilidade com que o vírus da doença pode se disseminar pela circulação de pessoas em viagens de avião.

“O distanciamento físico sempre que possível, o uso de máscaras de proteção e a higienização frequente das mãos têm o condão de proteger o indivíduo e a coletividade não apenas contra a covid-19, mas também contra outras doenças”, salienta nota da Anvisa, acrescentando que acompanha os dados e a evolução da doença.

A presença desse tipo de varíola fora da África começou a ser observada no início deste mês. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), são 131 casos confirmados e 106 suspeitos e, até agora, não há nenhum registro no Brasil. A origem das infecções ainda não foi identificada.

“Esse surto tem uma característica interessante e peculiar, porque está relacionado a alguns eventos internacionais. Pessoas de diversos países transmitiram a doença para outras e fizeram com que essas voltassem para seu país de origem infectadas”, explica o epidemiologista Jonas Brant.

Inevitável

Na opinião do infectologista Ana Helena Germoglio, o Brasil provavelmente terá uma notificação da doença em breve, em razão da dinâmica da circulação do vírus. Ela ressalta que a varíola do macaco não se compara, por exemplo, à covid-19 em termos de transmissibilidade ou mortalidade.

“Apesar do alarde que está tendo, é uma doença que é mais ‘feia’ (por causa das erupções na pele) do que grave, porque a mortalidade é muito pequena quando a gente compara com outras patologias”, esclarece.

Para o infectologista André Bon, do Hospital Brasília, é preciso observar como os casos vão se desenvolver em outras regiões do planeta. “Já existe um alerta epidemiológico em relação ao que pode ser o critério de caso suspeito. Mas o risco de chegar no Brasil e existir um surto é indeterminado. A gente não tem como saber com um número tão pequeno de casos como o que temos agora”, observou.

Segundo o infectologista, o importante é criar um protocolo para notificação, investigação e rastreamento. André Bon acredita que o Brasil está pronto para lidar com a situação.

“A gente precisa manter a vigilância, fazer rastreamento de casos, isolamento e toda aquela história que acho que a população já aprendeu bem, por conta da covid-19. O número de casos no mundo inteiro é baixo e achar que isso é uma ameaça à saúde da população neste momento não é verdade”, salienta Bon.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi